



SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
GERÊNCIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
NÚCLEO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

CONTRATO Nº 018/2018-SLU/DF

CONTRATO Nº 018/2018 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE CELEBRA O SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL – SLU/DF COM A ASSOCIAÇÃO DE CATADORES RECICLA MAIS BRASIL, OBJETO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2017- SLU/DF, NOS TERMOS DO PADRÃO 05/2002.

Processo SEI/DF nº: 00094-00005118/2018-23

O SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL, com sede no Setor Comercial Sul, Quadra 08, Bloco B-50, 6º andar, Ed. Venâncio 2000, CEP: 70.333-900, Brasília-DF, com inscrição no CNPJ/MF sob o nº 01.567.525/0001-76, neste ato representada pela sua Diretora-Presidente, **HELIANA KÁTIA TAVARES CAMPOS**, brasileira, portadora da CI nº M-417.159 SSP/MG, CPF nº 232.529.956-20, domiciliada e residente nesta Capital, e a por sua Diretora de Administração e Finanças **CRISTINA DE SABOYA GOUVEIA SANTOS**, brasileira, portadora da CI nº 3.282.482 SSP/DF e CPF nº 369.946.503-91, domiciliada e residente nesta Capital, com delegação de competência prevista nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, doravante CONTRATANTE, e a **ASSOCIAÇÃO DE CATADORES RECICLA MAIS BRASIL**, com sede na cidade de Brasília/DF, doravante CONTRATADA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.491.165/0001-31, representado neste ato pela Senhora **CRISTIANE PEREIRA DE BRITO**, Presidente, portador da Cédula de Identidade nº 2.419.774 SSP/DF e inscrito no CPF sob o nº 017.457.211-50, residente e domiciliado na cidade de Brasília/DF, na qualidade de representante legal, resolvem celebrar o presente CONTRATO de Prestação de Serviço mediante as cláusulas e condições abaixo:

Cláusula Primeira – Do Procedimento

O presente Contrato obedece aos termos do Edital de Chamamento Público nº 03/2017 – SLU (094.000.586/2017) e Projeto Básico (4417925), da Justificativa de Dispensa de Licitação (4540251), baseado no inciso XXVII, art. 24, c/c art. 26 e com as demais disposições da Lei nº 8.666, de 21.06.93, que passam a integrar o presente Termo.

Cláusula Segunda – Do Objeto

O Contrato tem por objeto a prestação de serviço público de coleta, transporte e destinação de resíduos urbanos recicláveis secos domiciliares e comerciais, com a remoção do rejeito, para disposição final em local definido pelo SLU, para atender às necessidades do Serviço de Limpeza Urbana – SLU/DF na Região Administrativa do Itapoã e Paranoá – Brasília/DF.

Cláusula Terceira – Da Especificação e das Condições de Prestação dos Serviços

- 3.1. Os serviços serão executados em conformidade com o Item 4 e 5 do Projeto Básico, o qual faz parte integrante deste Contrato, não sendo necessária a transcrição na íntegra.
- 3.2. As especificações e quantitativos do objeto estão estabelecidos a seguir:
 - 3.2.1. Serviço de coleta porta a porta e/ou ponto a ponto dos resíduos sólidos recicláveis secos urbanos domiciliares e comerciais;
 - 3.2.2. Serviço de transporte e destinação dos resíduos sólidos recicláveis secos urbanos, domiciliares e comerciais para a Contratada, ou em situações extraordinárias para unidades de tratamento indicadas pelo SLU;
- 3.3. Serviço de coleta, transporte e destinação dos rejeitos objeto dos serviços dos itens 3.2.1. e 3.2.2. para disposição final em local previamente autorizado e indicado pelo SLU;
- 3.4. Atendimento aproximado do percentual total de coleta da Região Administrativa definida a seguir:

Lote 2 - Região Administrativa do Itapoã e Paranoá

- Associação de Catadores Recicla Mais Brasil

CNPJ: 19.491.165/0001-31

Local de triagem do material coletado: Central de Triagem do Paranoá – Núcleo de Limpeza do Paranoá

Local de pesagem da coleta seletiva: Núcleo de Limpeza de Sobradinho

Local de disposição de rejeitos: Núcleo de Limpeza de Sobradinho

Quantidade de viagens estimadas por mês: 40 viagens.

Preço por viagem: R\$ 629,91

Estimativa mensal para 40 viagens: R\$ 25.196,40

Cláusula Quarta – Da Forma e Regime De Execução

O Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, segundo o disposto nos arts. 6º e 10º da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Quinta – Do Valor

- 5.1. O Contrato perfaz um valor total anual de R\$ 302.356,80 (trezentos e dois mil, trezentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos), de acordo com a proposta inicial apresentada no CP nº 03/2017-SLU/DF, que fará parte integrante do Contrato, conforme segue:
 - 5.1.1. O valor unitário por viagem é de R\$ 629,91 (seiscentos e vinte e nove reais e noventa e um centavos);
 - 5.1.2. O quantitativo de viagens estimadas por mês é de 40 (quarenta), assim o valor mensal é de R\$ 25.196,40 (vinte e cinco mil, cento e seis reais e quarenta centavos).
- 5.2. Nos custos estão incluídos todos os tributos, taxas, emolumentos, e demais despesas que compõem o presente Contrato.

Cláusula Sexta – Da Dotação Orçamentária

- 6.1. A importância de R\$ 302.356,80 (trezentos e dois mil, trezentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos) anuais, será atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente – Lei Orçamentária nº 6.060, de 29/12/2017, enquanto a parcela remanescente será custeada à conta de dotações a serem alocadas no(s) orçamento(s) seguinte(s).
- 6.2. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:
 - Unidade Orçamentária: 22214
 - Programa de Trabalho: 15.452.6210.2079.6118
 - Natureza da Despesa: 339039

critica

- Fonte de Recursos: 100

6.3. O empenho inicial é de R\$ 25.196,40 (vinte e cinco mil, cento e seis reais e quarenta centavos), conforme Nota de Empenho nº 2018NE00027, emitida em 15/01/2018, sob o evento nº 400091, na modalidade estimativa.

Cláusula sétima – Do Prazo e Condições de Pagamento

7.1. O pagamento se dará até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente à prestação do serviço, objeto do contrato, mediante apresentação da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(s) de serviço e RMSE, encaminhados ao respectivo executor do contrato, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal;

7.2. Para fins de pagamento deverão ser apresentados:

- 7.1.1. Relatório nos termos do subitem 4.11 (RELATÓRIO MENSAL DE SERVIÇOS EXECUTADOS – RMSE) do Projeto Básico;
- 7.1.2. Lista dos trabalhadores e cooperados/associados com cópia de frequência com os respectivos dias trabalhados objeto do contrato;
- 7.1.3. Documentação mínima de comprovação da prestação de serviço conforme Anexo "E" do Edital de Chamamento Público nº 03/2017-SLU/DF;
- 7.1.4. Comprovante de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, dos empregados da cooperativa/associação e regularidade do INSS de todos os empregados e cooperados/associados que trabalhem no objeto do contrato.

7.2. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767 de 17/02/2011, publicado no DODF nº 35, pág.3, de 18/02/2011.

Cláusula Oitava - Do Prazo de Vigência

O Contrato terá a vigência de 12 (doze) meses a contar da data de assinatura da sua assinatura, podendo ser prorrogado com fundamento no artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93, limitado a 60 (sessenta) meses.

Cláusula Nona – Do Reajuste

O critério de reajuste será em conformidade com o disposto no Decreto nº 37.121/2016, para tanto deverá ser adotado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA ou outro que vier a substituí-lo.

Cláusula Décima – Da Responsabilidade do SLU

Constituem como outras obrigações do SLU:

- 10.1. Proporcionar todas as informações solicitadas pela CONTRATADA pertinente ao objeto do serviço contratado;
- 10.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua(s) proposta(s);
- 10.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor(es) especialmente designado(s), anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis, inclusive quando se tratar de elogios ou sugestões;

crônica

- 10.4. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 10.5. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato.
- 10.6. Fornecer no prazo estabelecido, todo o material ou informações necessárias para o fiel cumprimento das obrigações da CONTRATADA.

Cláusula Décima Primeira - Das Obrigações e Responsabilidades da CONTRATADA

Constituem como outras obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:

- 11.1. Executar os serviços conforme especificações do Projeto Básico e de sua(s) proposta(s), com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- 11.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;
- 11.3. Fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas, nos termos de sua(s) proposta(s);
- 11.4. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus cooperados/associados, empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União ou a terceiros;
- 11.5. Utilizar empregados e cooperados/associados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 11.6. Apresentar à CONTRATANTE, a relação nominal com CPF e função dos empregados e cooperados/associados que fazem parte da execução dos serviços mensalmente junto com a apresentação da nota fiscal de prestação de serviço;
- 11.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE;
- 11.8. Instruir seus empregados, associados e cooperados quanto à necessidade de acatar as orientações da CONTRATANTE, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;
- 11.9. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 11.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 11.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 11.12. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições previstas no Projeto Básico ou na minuta de contrato;
- 11.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua(s) proposta(s), inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos;
- 11.14. Compromete-se a distribuir e entregar porta em porta, material gráfico ou assemelhados, nos limites das rotas objeto do contrato e definidas pelo SLU;
- 11.15. Apresentar comprovação de treinamento, por meio fotográfico, lista de presença e ou certificado, da equipe objeto do contrato, bem como curso regular de cooperativismo ou associativismo, quando solicitado.

assinatura

- 11.16. Observar as normas e instruções em vigor e as que entrarem em vigência, bem como as Ordens de Serviços expedidas pela Contratada.

Cláusula Décima Segunda – Da Alteração Contratual

- 12.1. Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.
- 12.2. A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

Cláusula Décima Terceira – Da Rescisão Amigável

O Contrato poderá ser dissolvido amigavelmente de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato.

Cláusula Décima Quarta – Das Penalidades

- 14.1. A CONTRATADA estará sujeita a penalidade de multa contratual por infração e em porcentagem. A multa será por infração isolada ou cumulativa, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa. O percentual da multa aplicada será relativo ao último faturamento realizado pela CONTRATADA, não devendo extrapolar os percentuais estabelecidos nos Decretos nºs 26.851/06, 26.993/06, 27.069/06 e 35.831/2014 que regulamentam a aplicação das contas administrativas previstas na Lei nº 8.666/93.
- 14.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/1993, no Decreto Federal nº 3.555/2000 e no Decreto Distrital nº 25.966/2005 e suas alterações, a adjudicatária ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração do SLU, execução parcial ou inexecução da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades, cumulativamente ou não:
- 14.1.1. Advertência;
- 14.1.2. Multa de:
- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;
 - b) 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;
 - c) 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto no Decreto nº 25.966/2005;
 - d) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;
- 14.1.3. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o SLU/DF, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- 14.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.



SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
GERÊNCIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
NÚCLEO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

- 14.2. Em caso de inadimplemento contratual, o valor da multa deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação, podendo ser descontado da garantia contratual prestada ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, ou ainda cobrado judicialmente, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.
- 14.3. Em qualquer caso, a contratada será notificada para apresentação de defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação.
- 14.4. As penalidades previstas neste contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis. Advertência é o aviso por escrito, emitido pelo SLU quando a contratada descumprir qualquer obrigação.

Cláusula Décima Quinta – Da Rescisão Unilateral

O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista na Justificativa de Dispensa de Licitação, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Cláusula Décima Sexta – Dos Débitos Para Com A Fazenda Pública

Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

Cláusula Décima Sétima – Da fiscalização e do Executor/Comissão

- 17.1. A fiscalização da contratação e execução do contrato será exercida por um representante da Administração, ou por uma comissão formalmente designada pela Administração, o que couber, a(o) qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração, na forma dos arts. 67 a 73 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e dos Decretos nos 32.598, de 15 de dezembro de 2010 e 32.753, de 04 de fevereiro de 2011.
- 17.2. O representante ou os membros da comissão gestora do contrato deverá(ão) ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.
- 17.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 17.4. O representante ou a comissão gestora do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários ou cooperados/associados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis, inclusive quando se tratar de elogios ou sugestões.
- 17.5. Qualquer alteração no que tange a metodologia de execução dos serviços, especificações, procedimentos e outros, pactuadas neste ato, observadas pela fiscalização do SLU, será comunicado imediatamente à CONTRATADA para providências de regularização objeto da mesma, com prazo a ser definido de acordo com a especificidade das alterações constatadas;

assinatura



SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
GERÊNCIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
NÚCLEO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

17.6. As decisões e providências que ultrapassam a competência do executor ou comissão deverão ser solicitadas à Diretoria Técnica e Diretoria de Limpeza Urbana do SLU em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Cláusula Décima Oitava – Da Fraseologia Anticorrupção

Havendo irregularidades neste instrumento, entrar em contato com a Ouvidoria de Combate a Corrupção coordenada pela Controladoria-Geral do Distrito Federal, por meio do Telefone: 0800-6449060.

Cláusula Décima Nona – Foro

Fica eleito o foro de Brasília (DF) para dirimir quaisquer dúvidas que resultem do presente ajuste, com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

Cláusula Vigésima - Da Publicação

O extrato do presente Instrumento será publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, como condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

E para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato em 03 (vias) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, serão assinadas pelos representantes das partes e pela testemunha.

Brasília-DF, 16 de janeiro de 2018.

Pelo SLU/DF:


HELIANA KÁTIA TAVARES CAMPOS
Diretora-Presidente


CRISTINA DE SABOYA GOUVEIA SANTOS
Diretora de Administração e Finanças

Pela CONTRATADA:


CRISTIANE PEREIRA DE BRITO
Presidente

Testemunha:


RODRIGO SOBRAL ROLLEMBERG
CPF 245.298.501-53

